



MENSAGEM Nº 95 / 2023

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto à apreciação e votação, o incluso Projeto de Lei que *“promove adequação orçamentária no âmbito do Município de Porto Velho e autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento anual de 2023”*.

Em síntese o presente projeto de Lei visa promover adequação orçamentária à Lei Orçamentária Anual – LOA com vistas à abertura de crédito especial para recebimento dos recursos da União oriundos da Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022, amplamente conhecida como Lei Paulo Gustavo – LPG.

A Lei Complementar Federal nº 195, de 2022 dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para execução das ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19.

As ações executadas por meio da referida Lei Complementar serão realizadas em consonância com o Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, conforme disposto no parágrafo único do Art. 1º da Lei Complementar Federal nº 195, de 2022 e do Art. 216-A da Constituição Federal, notadamente em relação à pactuação entre os entes da Federação e a sociedade civil no processo de gestão dos recursos oriundos da Lei.

Para fins de execução das ações previstas na Lei Complementar Federal nº 195, de 2022, a União descentralizou ao Município de Porto Velho, o valor de R\$ 4.637.263,25 (quatro milhões, seiscentos e trinta e sete mil, duzentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos), valor este que deve ser adicionado à Lei Orçamentária Anual vigente como crédito especial.

Neste sentido, cumpre informar que o crédito especial será financiado na forma do art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação da:

Fonte de recursos **715** – Transferências destinadas ao setor cultural – Lei Complementar nº 195/2022 – Art. 5º – Audiovisual, com a finalidade de controlar a parcela dos recursos provenientes das transferências efetuadas pela União em decorrência da lei complementar citada, destinados ao setor audiovisual; e

Fonte de recursos **716** – Transferências destinadas ao setor cultural – Lei Complementar nº 195/2022 – Art. 8º – Demais Setores da Cultura, com a finalidade de controlar



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Fls. 03
Proc. Ass. VELHO

a parcela dos recursos provenientes das transferências efetuadas pela União em decorrência da lei complementar citada, destinados aos demais setores da cultura.

Conforme dispõe o Art. 11 da Lei Complementar Federal nº 195, de 2022 os municípios devem realizar a adequação orçamentária à Lei Orçamentária Anual (LOA) no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de descentralização dos recursos pela União:

“Art. 11. Dos recursos repassados aos Municípios na forma prevista nesta Lei Complementar, aqueles que não tenham sido objeto de adequação orçamentária publicada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da descentralização, deverão ser automaticamente revertidos aos respectivos Estados”

Desta feita, nobres vereadores, em virtude das razões apresentadas, e com base na competência disposta no Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e atento à importância da matéria em tratativa, submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências o projeto de Lei em anexo, ao tempo que renovo apreço e respeito a todos os integrantes dessa Colenda Casa Legislativa do Município de Porto Velho.

Porto Velho – RO, 26 de setembro de 2023.


HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito

RECEBIDO
Em: 26/09/23
Hora: 10:33
Gab. Presidência
Vanux



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Fls. 09
Proc. 44
Ass. 14

PROJETO DE LEI Nº 20, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023.

PROTOCOLO

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº 4584/2023

Proj. de Lei Comp. nº _____

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 26/09/23 Horário 70:31

Promove adequação orçamentária no âmbito do Município de Porto Velho e autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento anual de 2023.

O PREFEITO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprova e eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento vigente do Município de Porto Velho crédito especial, no valor de R\$ 4.637.263,25 (quatro milhões, seiscentos e trinta e sete mil, duzentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos) conforme dotação abaixo identificada:

conforme dotação abaixo identificada:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO – FUNCULTURAL				
Projeto/Atividade	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor
02.21.13.392.047.2.923	Promoção, produção de eventos artísticos culturais	3.3.90.48	715	R\$ 2.248.394,68
		3.3.90.45	715	R\$ 500.000,00
		3.3.50.43	715	R\$ 551.945,60
		3.3.90.48	716	R\$ 1.092.988,78
		3.3.90.45	716	R\$ 63.934,19
		3.3.50.43	716	R\$ 180.000,00
SUBTOTAL				R\$ 4.637.263,25
TOTAL				R\$ 4.637.263,25

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura dos créditos especiais provirão de excesso de arrecadação referente às transferências concedidas pela União com fundamento na Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022, amplamente conhecida como Lei Paulo Gustavo – LPG, conforme dotação orçamentária discriminada abaixo:

Especificação	Fonte ou Destinação de Recursos	Valor
1.7.1.9.99.0.0 – Outras Transferências de Recursos e de suas Entidades	715 (audiovisual) ou 716 (demais ações culturais)	R\$ 4.637.263,25

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.